

Vamos brigar por reajuste de 11% na data-base

A Assembleia da Adusp de 21/3 tomou decisões importantes sobre diversos assuntos, a começar pela aprovação da pauta de reivindicações ao Cruesp, proposta pelo Fórum das Seis nesta data-base. O índice de reajuste é de 11%. A seguir, as deliberações da nossa Assembleia:

1. Campanha de Data-Base 2013. A pauta proposta pelo Fórum das Seis foi aprovada, com alguns acréscimos relativos à situação do transporte nos *campi*, incorporação dos vales alimentação e refeição aos salários com a consequente extensão destes “benefícios” aos aposentados. No item salários, a reivindicação é de um reajuste de 11%, visando repor a inflação do período (maio/2012 a junho/2013), estimada em 7%, e recuperar parte das perdas históricas. As sugestões serão agora discutidas no Fórum, juntamente com outras aprovadas pelas demais entidades.

2. Pimesp. A assembleia aprovou manifestação crítica em relação ao Pimesp (vide quadro ao lado) e apontou a necessidade de realização de amplo debate sobre o tema das cotas nas universidades públicas paulistas, visando a aprofundar a reflexão dos docentes acerca da questão para, em um futuro próximo, definir o posicionamento da entidade. A assembleia aprovou também encaminhar ofício aos diretores

de unidades solicitando cópia das manifestações das congregações e conselhos departamentais acerca do Pimesp.

3. Comissão da Verdade da USP (CV-USP). Foi discutida a composição da CV-USP proposta pelo Fórum Aberto pela Democratização à Reitoria (três representantes de cada entidade, com os respectivos suplentes, e três representantes da administração, indicados pelo Co) e a necessidade de insistirmos na urgência da instalação da comissão. Vários nomes de colegas docentes foram sugeridos para compor a Comissão e foi delegada à diretoria a tarefa de contatá-los para definir a representação da Adusp na futura Comissão.

4. Reforma da Sede da Adusp no campus Butantã. A comissão do Conselho de Representantes, composta pelos colegas Ciro Teixeira Correia (IGc) e Caio Gracco Pinheiro Dias (FDRP), apresentou relatório no qual foram analisadas as várias propostas encaminhadas pelas empresas que se candidatarão a executar o projeto de reforma. A assembleia delegou à diretoria, juntamente com esta comissão, a tarefa da escolha da empresa responsável pela obra, considerando não apenas o menor preço, mas a qualidade dos serviços já executados e o prazo para sua execução.

Assembleia da Adusp considera inadequada aprovação do Pimesp e pede diálogo amplo

“Tendo em vista que o debate sobre o tema inclusão social e cotas na USP é urgente e que uma análise do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Paulista (Pimesp) revela a presença de inúmeras falhas e graves problemas, a Assembleia Geral da Adusp considera inadequada a sua aprovação, seja pela inconsistência de conteúdo, seja pela forma restrita como está sendo conduzido o debate acerca deste assunto na USP.

Para que se possa construir um processo republicano e democrático de inclusão social e cotas, é fundamental e urgente que as universidades estabeleçam um diálogo aberto e amplo com os movimentos sociais organizados, com as entidades representativas de estudantes, funcionários técnico-administrativos e docentes da Educação Básica e das próprias universidades estaduais e também com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Só assim poderá ser definida e implementada uma política pública efetiva de inclusão social, que leve em conta as necessidades de financiamento e permanência estudantil, de contratação de docentes e funcionários técnico-administrativos e de ampliação de vagas no ensino superior público no estado de São Paulo.”

São Paulo, 21 de março de 2013

Nesta edição

Página 2

- Casos de violência no campus de São Carlos
- Mesa-redonda debateu PNE

Página 3

- Infindáveis truques autoritários
- Escolha do segundo da lista é condenada

Página 4

- FFLCH tende a rejeitar Pimesp
- Delegados avaliam Congresso do Andes-SN

Quer conhecer o Pimesp?

9/4/2013, terça-feira, 17h30
Aud. Abrahão de Moraes (IF)

debatedores convidados
João Grandino Rodas (a confirmar)
Sílvio Luiz de Almeida (confirmado)

UNIVERSIDADE

COTAS

PIMESP

FRONTO UNIVERSITÁRIA SUPERIOR

O Pimesp é um projeto de cotas?
Inclusão com mérito ou ensino à distância?
A quem interessa o Pimesp?

organização: Adusp

SNTUSP

ADUSP

Casos de violência no *campus* de São Carlos

Um caso de violência contra um grupo feminista e a denúncia de estupro coletivo de um calouro marcaram o início do ano letivo no *campus* de São Carlos da USP. Direta ou indiretamente, esses episódios se vincularam a “trotos” aplicados contra calouros.

No dia 26/2, cerca de quarenta integrantes da Frente Feminista de São Carlos protestavam contra a realização do evento denominado “Miss Bixete”, durante a recepção aos calouros. Irritados, alunos veteranos ofenderam as estudantes. Dois deles ficaram nus em frente ao grupo e um terceiro simulou sexo com uma boneca inflável.

Um vídeo no You Tube captou cenas de estudantes intervindo na realização do ato. Numa das sequências, um aluno segura a boneca inflável, beija sua boca e depois mostra para a câmera o que seriam os órgãos genitais de uma mulher. As ações acontecem em frente à manifestação feminista (veja em <http://goo.gl/TtRNv>).

Três estudantes veteranos envolvidos no caso apresentaram-se ao 3º Distrito Policial de São Carlos em 8/3. Eles são acusados de crime de ato obsceno, e não negam o fato. Uma audiência foi marcada para abril. A pena para este crime varia de três meses a um ano de prisão, mas pode ser revertida por meio de entrega de cesta básica e prestação de serviço público.

Os acusados ainda deverão responder a um processo administrativo. Em nota encaminhada ao *Informativo Adusp*, a assessoria de comunicação do *campus* de São Carlos diz que o processo “está em curso, com prazo para conclusão dos trabalhos de 60 dias [contados a partir de 22/3]”. Segundo a assessoria, “para-

lelamente, o Conselho Gestor do Campus (órgão deliberativo local de instância máxima) tratará desses fatos em sua próxima reunião para análise e deliberações”.

“Mero objeto”. O “Miss Bixete” é organizado pelo auto-intitulado “Grupo de Apoio à Putaria” (sic), ou GAP, e ocorre dentro do espaço do Centro Acadêmico Armando Salles de Oliveira (CAASO), apesar de supostamente não contar com o apoio de suas gestões. A atividade prevê que as estudantes recém-chegadas na universidade participem de um “concurso de beleza”, no qual são compelidas a praticar ações consideradas opressivas e constrangedoras.

O Coletivo Feminista CAASO emitiu nota de repúdio ao evento

de 26/2, na qual define o “Miss Bixete” como “um concurso pensado para reproduzir padrões que reduzem a mulher a um mero objeto”.

Estupro. Semanas depois do “Miss Bixete”, um estudante do primeiro ano do curso de Licenciatura em Ciências Exatas registrou, em 13/3, um Boletim de Ocorrência (BO) contra oito veteranos que o teriam estuprado. De acordo com a polícia, o caso teria ocorrido em 4/3.

Segundo o BO, após sair de uma assembleia, o rapaz de 22 anos voltava para o quarto, quando, ao passar pela entrada de um dos prédios do alojamento estudantil, foi puxado pelos braços para dentro de uma cozinha. Lá, teria sido obrigado a despir-se e fazer sexo oral com cerca de oito estudantes que participa-

vam de uma festa. Ele disse à polícia que antes de ser forçado ao ato sexual foi ameaçado pelos integrantes do grupo e informou também os apelidos dos agressores, afirmando que pode reconhecê-los.

Registrado como suspeita de estupro no 3º Distrito Policial (DP) de São Carlos, o caso será investigado pelo delegado Aldo Donisete Del Santo, que também conduz as apurações do outro episódio. Mesmo sem serem intimados, mais de vinte estudantes foram à delegacia prestar depoimentos em defesa dos acusados.

Nota da assessoria de comunicação do *campus* informou que um processo de sindicância para apuração do fato foi aberto em 18/3, pela Prefeitura do *campus*.

Mesa-redonda debateu PNE

O Fórum Estadual de Educação (FEE-SP) realizou em 20/3 a mesa “O PNE na articulação do sistema nacional de educação”, na Secretaria de Estado da Educação (SEE-SP), com a participação de cerca de 200 pessoas, do estafe da própria SEE-SP, de diversas entidades e de vários municípios. Na ocasião foi lançada a Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014. Os debatedores foram Francisco das Chagas Fernandes (coordenador geral do Fórum Nacional de Educação-FNE) e o professor Otaviano Helene (GT Educação da Adusp).

Chagas destacou a importância do FNE e dos fóruns estaduais e municipais como órgãos de Estado, tendo como referência a CONAE; a

importância de aprovar o PNE e que suas metas articulem os entes federados no desenvolvimento da educação; e o modo como as etapas municipais e estaduais da CONAE 2014 podem contribuir para a construção dos planos municipais e estadual de educação.

O professor Otaviano falou dos parcos resultados do PNE 2001/2011; da realidade atual da educação brasileira, inclusive quanto à privatização do ensino superior; dos “nossos sonhos de uma educação pública de qualidade, democrática e igualitária”; das dificuldades e da necessidade de mais recursos, pois hoje o Brasil aplica apenas entre 10% e 15% da renda *per capita* nacional para cada aluno/ano na educa-

ção básica — seria preciso cerca de 25% a 30%; da necessidade de destinação de 10% do PIB para a educação como um todo.

O professor abordou, ainda, as dificuldades geradas pelos discursos da mídia conservadora, em especial contra impostos, e comparou a realidade tributária brasileira à de outros países, que arrecadam e investem cerca de 150% mais do que o Brasil. Falou dos obstáculos existentes no Congresso Nacional, cuja bancada privatista é muito forte, e observou que o sistema de financiamento privado das campanhas eleitorais beneficia o atual estado de coisas, porque as empresas de ensino elegem os parlamentares que financiam.

Balanço

Mês	Saldo do fundo de reserva	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas gerais restantes
setembro/12	R\$ 1.003.514,04	R\$ 196.322,78	R\$ 112.374,80	R\$ 27.726,21 (informativos e matérias revista)	R\$ 43.183,28
outubro/12	R\$ 1.009.512,03	R\$ 196.284,56	R\$ 152.902,20 (empréstimos e férias)	R\$ 25.338,38 (organizador mensal e calendário)	R\$ 49.055,76 (gastos com a sede provisória)
novembro/12	R\$ 1.014.985,40	R\$ 195.161,02	R\$ 121.181,57 (férias funcionários)	R\$ 53.596,80 (matérias e impressão revista)	R\$ 43.261,96 (gastos com a sede provisória)
dezembro/12	R\$ 965.314,10	R\$ 221.106,88	R\$ 182.022,11 (Pagamento de férias e 13º)	R\$ 15.729,40	R\$ 64.349,16 (Festa final de ano Adusp e agendas)
janeiro/13	R\$ 971.004,72	R\$ 193.885,84	R\$ 138.433,95	R\$ 17.253,37	R\$ 27.139,04
fevereiro/13	R\$ 975.473,64	R\$ 206.264,14	R\$ 117.054,51	R\$ 17.126,13	R\$ 71.831,46 (Congresso Andes no RJ)

PROGRESSÃO & PIMESP

Infindáveis truques autoritários

Parece incrível mas é tudo verdade. O secretário-geral da USP, Rubens Beçak, enviou às Congregações ofícios de teor idêntico, nos quais encaminha questionamentos a respeito de recursos que tramitam contra decisões das comissões setoriais de avaliação (CAS) relativas à primeira rodada do processo de Progressão Horizontal na carreira. Como se verá, Beçak atua em nome da Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD), o que por si só já parece inadequado. Mas isso não é tudo.

No ofício encaminhado em 18/2 ao professor Valdecir Janasi, presidente da Congregação do Instituto de Geociências (IGc), Beçak solicita desse colegiado uma manifestação com vistas a “cumprir a Resolução 5.927, inciso VI, artigo 4º”, com a finalidade de “subsidiar a decisão final da CCAD” a respeito.

Em seguida, emenda: “Os candidatos Ciro Correia e Denise Bacci foram avaliados à luz dos critérios estabelecidos pela CAS Ciências da Terra. Examinados esses critérios, entende a Congregação que algum ou alguns deles sejam inaplicáveis no âmbito do projeto acadêmico dessa Unidade?” Arremata a mensagem, na mesma linha, solicitando que a manifestação da Congregação ocorra “no prazo máximo de 60 dias, para evitar prejuízo ao candidato”!

O secretário-geral procurou, furtivamente, subtrair à Congregação a prerrogativa de deliberar a respeito dos recursos dos docentes citados, procurando induzi-la a, meramente, se pronunciar sobre aplicação ou não de critérios de avaliação.

Desvio... Desta vez não deu certo. Os docentes autores dos recursos, uma vez cientes do ofício do secretário-geral (disponível em <http://goo.gl/rXUsg>), denunciaram a manobra em carta à Congregação (<http://goo.gl/Vsbuo>).

Depois de lembrar que a Resolução 5.927 “é clara ao prever que cabe à CCAD julgar os recursos ouvida a Congregação”, e lembrar que “não se trata, portanto, de discutir os critérios da CAS neste momento, e muito menos de examiná-los à luz do projeto acadêmico do Instituto de Geociências”, Ciro e Denise indagam: “Qual seria então o propósito deste encaminhamento por parte do douto secretário-geral? Estaria a Secretaria Geral tentando desviar a Con-

gregação da competência que lhe foi atribuída pela Resolução 5.927, de se manifestar antes do julgamento, quanto aos recursos dirigidos à CCAD?”

A Congregação do IGc acatou o pedido dos professores de que fosse incluída, na pauta da reunião seguinte, a apreciação dos recursos que encaminharam à CCAD. Em votações separadas, ambos os recursos foram endossados por ampla maioria pela Congregação.

Na Poli, idem. Beçak encaminhou à Congregação da Escola Politécnica o mesmo tipo de solicitação quanto aos recursos havidos naquela unidade. Havia dois pedidos de reconsideração e o diretor designou comissões para examinar a questão proposta no ofício do secretário-geral. “Os pareceres dessas comissões foram submetidos à apreciação da Congregação. Eu me inscrevi e disse que, no meu entendimento, o teor do ofício era incompatível com a Resolução que instituiu a Progressão Horizontal”, explicou o professor Marco Brinati, membro da Congregação.

A esse questionamento, o diretor respondeu que a Poli estava

simplesmente atendendo à solicitação de Beçak, enquanto o vice-diretor, presidente de uma das CAS de Engenharia, procurou argumentar que não havia a incompatibilidade mencionada. Desse modo, os recursos saíram de cena para dar lugar ao referendo à presumida relação dos critérios da CAS com o projeto acadêmico da escola.

Parece grave que o secretário-geral da USP se empenhe para que as congregações se desviem de uma competência que lhes é atribuída pela Resolução 5.927. Será que assim procede com aval da CCAD?

“Subsídios”. Outra mostra de autoritarismo fica evidente ao ler-se o ofício circular GR 112, de 21/3, do chefe de gabinete, professor Alberto Carlos Amadio, em que ele comunica a prorrogação do prazo para que as congregações se manifestem quanto ao teor do Pimesp. A data passou a ser 18/4, o que é positivo, mas insuficiente. O novo prazo, porém, veio acompanhado de advertência severa, no melhor estilo autoritário.

“Com relação a essas manifestações”, escreve diligentemente o chefe de gabinete, “esclarecemos que

não há expectativa de aprovação ou reprovação, mas de comentários e sugestões ao Programa”. Isso porque, acrescenta, “conforme constou no ofício GR 45, as contribuições recebidas das unidades/órgãos servirão de subsídio para a posterior tramitação da proposta nos órgãos colegiados da Universidade”.

A Reitoria simplesmente tenta tirar das congregações a autonomia para se manifestar quanto ao Pimesp, procurando colocá-las na posição subalterna de meras assessoras dos colegiados centrais da autarquia.

Há semelhanças óbvias nos propósitos das iniciativas dos próceres da Reitoria quanto ao que esperam das congregações nos dois casos. Resta saber que resposta será dada a essa crescente desenvoltura do autoritarismo vigente.

“Não demos nenhuma importância para aquilo”, declarou ao *Informativo Adusp* a professora Lisete Arelaro, diretora da Faculdade de Educação (FE), referindo-se ao ofício de Amadio. “A FE se manifestará contrariamente ao Pimesp, em tempo hábil. Temos uma pequena comissão escrevendo e fundamentando nossa posição contrária”.

Escolha do segundo da lista é condenada

“Recebemos com surpresa e indignação a nomeação do professor Carlos Gilberto Carlotti Junior para o cargo de diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP-USP) pelo reitor João Grandino Rodas”. Assim se inicia manifesto da Adusp Regional de Ribeirão Preto a respeito da decisão do reitor de descartar o nome do professor Luiz Ernesto de Almeida Troncon (primeiro colocado no colégio eleitoral de diretor, com ampla maioria), e nomear Carlotti Junior, segundo da lista.

“A escolha do segundo colocado nas eleições realizadas na Faculdade, embora legalmente embasada pelo Estatuto da USP ... contrariou frontalmente a vontade expressa da comunidade”, prossegue o manifesto.

“Num processo eleitoral limpo, claro e transparente os candidatos debateram com toda a FMRP-USP, apresentaram suas propostas de gestão, suas trajetórias dentro da Unidade e se submeteram à avalia-

ção dos pares”, diz o texto. “Na eleição realizada no dia 20/2 a comunidade FMRP-USP escolheu em primeiro escrutínio, com larga vantagem numérica, o nome do professor Luiz Ernesto de Almeida Troncon, do Departamento de Clínica Médica, seguido dos nomes do professor Carlos Gilberto Carlotti Junior (Cirurgia e Anatomia) e da professora Margaret de Castro (Clínica Médica), em segundo e terceiro escrutínio, respectivamente”.

Estranheza. A Adusp Regional Ribeirão Preto lembra que “apenas uma vez, e em plena Ditadura Militar, o candidato mais votado no processo eleitoral não foi nomeado para o cargo de diretor”. A alegação do reitor, na Rádio USP, de que o exercício da Diretoria de uma unidade por um Professor Associado representaria um passo no sentido de maior democratização da Universidade, pois até então todos os diretores foram Professores Titulares,

“causa estranheza, pois em momento algum da campanha a diferença de titulação foi considerada relevante nem pelos candidatos, nem pela comunidade”.

O manifesto destaca ainda que “a regularidade formal e estatutária do flagrante desrespeito à vontade da comunidade ... torna ainda mais evidente a inadequação e a ilegitimidade do atual sistema de escolha dos dirigentes da Universidade, que se apresenta em contradição com a legislação brasileira”, em especial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos”.

Por fim, o documento coloca-se “ao lado dos estudantes da FMRP em sua mobilização, que reforça nossa convicção na luta maior por uma Universidade mais democrática e autônoma”.

FFLCH tende a rejeitar Pimesp

“A Congregação tirou a conclusão de que não considera o Pimesp uma política de inclusão, portanto o rejeita, e vai passar a discutir verdadeiras políticas de inclusão”. Assim a professora Maria Helena Machado, do Departamento de História, comentou a avaliação da Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP) sobre o programa do governo estadual, ao intervir no debate “Pimesp: Programa de Inclusão com Mérito do Estado de São Paulo – O que é? A quem serve?”, realizado em 21/3, no auditório da Geografia.

O professor Vagner da Silva, chefe do Departamento de Antropologia da FFLCH, faz outra leitura: “A Congregação se colocou contra, mas [ao mesmo tempo] não contra o Pimesp. O que se colocou na reunião foi que o programa deveria ser discutido, mas separando duas coisas. Uma coisa é a proposta de uma universidade virtual para a qual existiria um público específico, e outra é discutir políticas de inserção [étnico-racial e social nas universidades públicas de São Paulo]”. De qualquer modo, aparentemente a Congregação fez uma discussão inicial, mas ainda não deliberou sobre o assunto.

O debate aberto de 21/3 foi organizado pela Frente Pró-Cotas Ra-

ciais da USP, Diretório Central dos Estudantes Alexandre Vannucchi Leme (DCE-Livre), Associação dos Pós-Graduandos (APG), Núcleo da Consciência Negra (NCN) e os centros acadêmicos da FFLCH. Além de Maria Helena e Vagner Silva, compuseram a mesa o professor aposentado João Zanetic (Instituto de Física), representando a Adusp; a funcionária da universidade e fundadora do NCN Jupiara Castro, e uma representante da ong Educafro. Maria Fernanda Pinto, presidente da APG, mediou o debate.

Minuta. O auditório com capacidade máxima para 162 pessoas, acomodadas nas poltronas, teve de dar lugar a mais estudantes, que assistiram às exposições sentados no chão. Zanetic criticou o Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES), previsto no Pimesp como um curso semi-presencial à distância, oferecido durante dois anos para os estudantes que tiverem interesse em ingressar nas universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp). “[O ICES] significa o próprio governo estadual reconhecendo a falência do ensino médio público”, disse o professor. Depois, citou o artigo 254 da Constituição Estadual, que relaciona a autonomia da uni-

versidade à “necessária democratização do ensino e à responsabilidade pública da instituição”.

Zanetic recomendou ainda a leitura do documento “Pimesp: ensino à distância travestido de política de cotas?”, elaborado pela diretoria da Adusp e disponível no site da associação por meio do link <http://goo.gl/8XZ2z>.

Jupiara mencionou a criação do NCN, em 1987, como uma ação vanguardista para a discussão da necessidade de cotas raciais para o ingresso de negros nas universidades públicas. “Naquela época, só tínhamos cinco docentes negros na universidade”, ressaltou. “Hoje, o que nós estamos propondo é uma troca de experiências. Nós não temos que ter medo de experimentar essa mistura que vai contribuir para a melhoria da universidade”.

Pingos nos is. A reunião da Congregação ocorreu no mesmo dia do debate e contou com a participação de Carlos Vogt, assessor do governador Geraldo Alckmin, coordenador geral da Univesp e principal articulador do Pimesp no Palácio dos Bandeirantes.

A professora Maria Helena demonstrou incômodo com a quantidade de versões do Pimesp já

apresentadas até o momento. Na quinta e última versão (confira em <http://goo.gl/M3d7X>), Vogt se apresenta como autor do projeto. “O ICES do Pimesp não está mais prometendo a inclusão. O que ele está prometendo agora? Realizar um ensino superior semi-profissionalizante, semi-presencial para formação de mão-de-obra”, afirmou Maria Helena.

Como pesquisador nas áreas das populações afro-brasileiras, o professor Silva fez uma exposição sobre a formação da condição social dos negros na sociedade brasileira atual. Segundo ele, havia várias comunidades negras de classe média no Brasil do século 19. “Mas para onde foram essas comunidades nos séculos seguintes?”, perguntou aos presentes, antes de explicar que “essas famílias foram perdendo o poder acumulado nas gerações anteriores exatamente por causa dos processos discriminatórios”. “Então as políticas afirmativas são feitas para garantir o acesso aos direitos dos negros, pardos e indígenas, que são os discriminados, e também para garantir que suas gerações futuras irão se beneficiar desse acúmulo. Por isso, essas políticas são também provisórias, enquanto esse processo for necessário”.

Delegados avaliam Congresso do Andes-SN

O Andes-Sindicato Nacional realizou no Rio de Janeiro seu 32º Congresso Nacional, entre os dias 4 e 9/3, no campus da UFRJ. O evento contou com mais de 500 participantes, dos quais cerca de 350 delegados, os demais correspondendo a observadores e convidados eleitos pelas seções sindicais de todo o país. O *Informativo Adusp* pediu a alguns delegados da Adusp uma opinião sobre o Congresso.

“Nossa avaliação é muito positiva. A delegação da nossa seção sindical, a Adusp, contou com 12 delegados, o que permitiu que tivéssemos um delegado em cada um dos 12 grupos mistos que debatem toda a pauta antes das plenárias que tomam as deliberações finais do evento”, afirmou o professor Ciro Correia, do Instituto de Geociências.

Ele destacou que cinco novas seções sindicais foram homologadas, o que indica ampliação e fortalecimento do Andes-SN. “Havia um clima de renovação, diante da presença de número significativo de delegados e observadores que participavam pela primeira vez, na

sua maioria ligados ao setor das universidades federais, diante da mobilização alcançada por conta da greve do setor em 2012”.

Avanços. Ainda segundo Ciro, o evento avançou na avaliação de questões fundamentais para a categoria, “como as ações na defesa do caráter público e gratuito da educação, da defesa da carreira, do direito à previdência e aposentadoria integral, da explicitação do caráter privatizante do projeto do governo para o Código Nacional de Ciência e Tecnologia, da necessidade de ampliação da luta contra a privatização dos hospitais universitários via a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), e as ações para de fato conquistar o investimento de 10% do PIB para a educação”.

O professor Caio Gracco Pinheiro Dias, da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, é outro que avalia positivamente o Congresso. “Foi minha primeira participação no Congresso e, por isso, foi uma oportunidade de conhecer não só as cor-

rentes políticas lá representadas, como também a metodologia de trabalho. É nesse último ponto que identifiquei um problema: a extensão e o número das propostas de resolução acabam por dificultar, quando não inviabilizar, uma discussão mais produtiva, especialmente das propostas que, pela agenda do Congresso, ficam para as últimas plenárias, quando o cansaço dos delegados começa a ficar evidente”.

Caio considerou “extremamente positivo que o tema da luta contra a homofobia e pela igualdade de direitos para LGBT tenha sido encampado pelo Andes”.

Preocupações. Sem discordar das avaliações positivas dos colegas Ciro e Caio, o professor César Minto, da Faculdade de Educação, manifesta algumas críticas e preocupações. Ele acredita que a suspensão dos trabalhos na tarde do segundo dia, para a realização de ato público no centro do Rio de Janeiro, foi contraproducente, dando-se “em detrimento da manutenção de tarefas organizativas

já programadas”, as quais na sua visão “melhor iniciariam os participantes para a continuidade das lutas do Sindicato Nacional”.

César pondera que a criação da Comissão da Verdade do Andes-SN, nos moldes aprovados, dá a entender que ela própria irá “investigar fatos ocorridos na Ditadura Militar contra docentes universitários entre 1964 e 1985”, ao invés de lutar para que as instituições onde trabalham assumam essa tarefa, como seria mais correto.

Ainda segundo o professor, a recusa do Andes-SN a participar de espaços como a Conferência Nacional de Educação (Conae-2014) e as conferências municipais, regionais e estaduais que a antecedem “é incompreensível, pois ignora o potencial das nossas propostas e a força dos nossos argumentos”, e paralisante, porque “a ausência da nossa intervenção organizada deixa os que delas participam mais expostos a propostas que, potencialmente, podem só interessar aos governantes, prestando-se à reprodução do *status quo*”.